

TCU participa de audiência pública em comissão do Senado

O Tribunal de Contas da União participou de audiência pública no dia 19/6, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. Na pauta, a contratação de crédito externo, no valor de US\$ 24,25 milhões, pelo Estado do Amazonas, tendo como credor o Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Bird). O dinheiro tem como finalidade o desenvolvimento da região do Alto Solimões.

Além do TCU, participaram da audiência o Ministério Público do Amazonas, o Tesouro Nacional, o Tesouro do Estado do Amazonas, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas e a Coordenadoria do Programa de Desenvolvimento Regional do Amazonas para a Zona Franca Verde.

O pedido de audiência partiu do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). “Não sou contra a aprovação do empréstimo, mas é importante termos o TCU vigiando”, declarou o senador. De acordo com a promotora Silvana Nobre, representante do MP-Amazonas, o Alto Solimões já recebeu cerca de R\$ 34 milhões em empréstimos, sendo que, desse total, R\$ 18 milhões, pagos antecipadamente, desapareceram. “Fomos ao local onde deveria ter praças, ruas pavimentadas e outras benfeitorias, mas nada encontramos”, disse, ao apresentar fotos para sustentar a declaração.

O secretário de Macroavaliação Governamental do TCU, Marcelo Eira, informou que não cabe ao tribunal inspecionar a aplicação de recursos obtidos pelo Estado por meio de empréstimos, uma vez que não se trata de verba federal, mas colocou o TCU à disposição do Amazonas. “É triste ver as fotos mostradas pela promotora. Se essa comissão decidir fiscalizar a aplicação dos recursos e requisitar servidor do TCU para auxiliar nessa tarefa, estaremos à disposição. Afinal, o tribunal tem muita *expertise* no acompanhamento de obras”, declarou o secretário.

Na opinião do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) é aconselhável o envolvimento do tribunal em todas as aplicações de recursos aprovadas pelo Senado. “Vou propor à CAE que haja acompanhamento, via TCU, de cada um dos empréstimos”, afirmou o parlamentar. Ele acrescentou que a atuação preventiva do tribunal é muito importante para a sociedade. “É dinheiro que sai do bolso do cidadão”, concluiu.

De acordo com o Tesouro Nacional e a Procuradoria-Geral da Fazenda, não há nada que impeça o Amazonas de receber os recursos do Bird. Ambos afirmaram que o Estado preenche todos os requisitos para a operação. “Como já temos um exemplo de desvio, acho importante TCU e Senado trabalharem juntos no acompanhamento desse novo empréstimo”, sugeriu o senador Marconi Perillo (PSDB-GO).